



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2024 a 27/08/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/21

144.2024	Sessão Ordinária - CD	12/08/2024-18:56
Publ.: DCD - 13/08/2024	Reginaldo Lopes-PT -MG	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que regulamenta o funcionamento do Comitê Gestor do IVA subnacional, parte crucial da reforma tributária. Informou que o Comitê será responsável pela gestão integrada do novo Imposto sobre Bens e Serviços, envolvendo União, Estados e Municípios e que o novo sistema, split payment, promete maior transparência, redução da carga tributária, combate à sonegação e fraudes, beneficiando especialmente o setor produtivo. Por fim, ressaltou que a unificação dos impostos sobre consumo permitirá ao Brasil reduzir a carga tributária e aumentar sua competitividade no mercado nacional e internacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Daqui a pouco, vamos votar a urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que vai concluir mais uma etapa da nossa reforma tributária. É um PLP superimportante, que regulamenta o funcionamento do Comitê Gestor do IVA subnacional, do Imposto sobre Bens e Serviços. De fato, é extremamente importante para o novo sistema tributário brasileiro.

O Comitê Gestor vai ser responsável pela coordenação desse fato gerador do novo imposto, compartilhando responsabilidades com os três entes da nossa Federação, União, Estados e Municípios, o que vai permitir um dinamismo e uma competência muito maior na gestão desses recursos.

O novo tributo, pelo qual o Comitê Gestor vai ser responsável, será muito mais transparente, porque será cobrado por fora, sem a cumulatividade tributária, diminuindo a carga tributária para o povo brasileiro, em especial para o setor produtivo e para os seus produtos e serviços. O Comitê Gestor também vai coordenar a aplicação do novo modelo de apuração e recolhimento dos nossos



impostos.

O *split payment* vai ser uma revolução do ponto de vista de combate à sonegação, à inadimplência, às fraudes, para que o Brasil, de fato, implemente aquilo da teoria tributária que é muito verdadeiro, que, quando todos pagam, todos podem pagar menor carga tributária.

Essa gestão unificada, integrada, de todos os entes federados num único imposto sobre consumo vai permitir ao Brasil reduzir a carga tributária de 35% para, no máximo, 26,5%, vai permitir ao Brasil ter uma diminuição do Custo País, do custo tributário, para ganhar competitividade, eficiência produtiva, e permitir que a indústria nacional possa vender mais para os brasileiros e competir melhor contra os importados, mas também vai permitir ao Brasil competir melhor no comércio internacional, em especial naqueles produtos com maior valor agregado, que hoje sofriam aumento de custo por causa do imposto sobre imposto, da cumulatividade tributária.

Por isso, esta Casa acertou. A Emenda Constitucional nº 132 foi perfeita, a partir do momento em que criou um único imposto, um único comitê gestor, um sistema e uma única legislação nacional para simplificar e modernizar o sistema tributário.

Vamos à votação, Presidente.

Obrigado.

Documento 2/21

144.2024	Sessão Ordinária - CD	12/08/2024-19:28
Publ.: DCD - 13/08/2024 -	Arnaldo Jardim-CIDADANIA -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da construção de consenso na discussão sobre a transição energética, elogiando a atuação do Deputado José Guimarães e dos Ministérios envolvidos no êxito do Projeto de Lei nº 3.027, de 2024, que institui o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono – PHBC. Ademais, convidou os Parlamentares para um encontro na Comissão Especial sobre Transição Energética, que contará com a presença dos Governadores do Ceará e do Piauí, além de representantes de empresas comprometidas com a produção de hidrogênio de baixo carbono. Além disso, ressaltou o papel do Parlamento na aprovação de legislações que incentivam a economia de baixo carbono, como o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa MOVER) e a reforma tributária. Por fim, mencionou o protagonismo que o Brasil terá nos próximos anos ao presidir o Grupo dos Vinte (G20) e o Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul



(BRICS) bem como sediar a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bem rapidamente, se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, fazendo eco àquilo que foi a diligente atitude de busca de construção do consenso que caracterizou a participação do Deputado José Guimarães nesta matéria, como em todas, mas particularmente nesta, de forma tão relevante, eu queria convidar a todas as Sras. e a todos os Srs. Parlamentares para, amanhã, às 14 horas, no Plenário 2, na Comissão Especial sobre Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde, participarem do grande encontro em que estarão presentes o Governador Elmano de Freitas, do Estado do Ceará, e o Governador Rafael Fonteles, do Estado do Piauí. Lá estarão representantes de seis empresas, que já anunciarão projetos para a implementação da produção do hidrogênio de baixo carbono no Brasil. Será um momento nobre com os principais pesquisadores, que nos ajudaram, todos, de forma muito presente, e também marcará a relação permanente com o Governo. Destaco a atuação do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Ministério da Fazenda, que esteve presente o tempo todo. Isso nos permitiu, além do processo de elaboração no âmbito do Poder Legislativo, fazer esse ajuste permanente com o Poder Executivo.

A Comissão Especial sobre Transição Energética fez um sem-número de audiências públicas, algumas regionalmente. O próprio Estado do Ceará, a que se referiu agora o Deputado José Guimarães, foi um dos locais em que a Comissão esteve, dialogando e recolhendo contribuições. Destaco que esse instrumento dialoga com o combustível do futuro que nós votamos aqui e com todos os de que nos lembramos: o etanol, o biodiesel, o biogás e o biometano, o *diesel* verde, a captura e o armazenamento de CO₂, todas iniciativas positivas. Ele dialoga com outro momento nobre que teve o Parlamento. Estou dizendo isso porque eu acho que, em determinados instantes, Sr. Presidente, nós nos esquecemos do número de coisas que temos conseguido produzir aqui.

O Programa MOVER, que dá nova diretiva à indústria automobilística e que estabelece um cenário de futuro, em que a eletrificação vai ser um elemento presente, teve a ver com o próprio espírito da reforma tributária. Na reforma tributária, nós caracterizamos a tributação diferenciada para os veículos que tenham menor impacto ambiental. Então, veja como a coisa se soma: é o combustível do futuro, é o marco regulatório do saneamento e é o Programa MOVER dialogando com a reforma tributária. Uma das propostas de emenda à Constituição que nós votamos aqui, aquela que estabelece a diferenciação tributária entre combustíveis fósseis e combustíveis renováveis, foi totalmente assimilada. Eu vejo aqui o Deputado Reginaldo Lopes, que teve um grande papel nisso, que zelou para que isso pudesse estar integrado lá.

Outra questão: a Deputada Marussa Boldrin, que estava há poucos instantes no



plenário, foi a Relatora de uma matéria também aprovada aqui, sobre o Programa de Aceleração da Transição Energética — PATEN.

Então, veja que formidável arsenal nós temos para fazer com que esse processo tenha sequência, para que, ao final, nós possamos constituir esse arcabouço regulatório que vai ter esta virtude: a de fazer o Brasil ser líder da nova economia, a economia de baixo carbono, a economia verde, como alguns chamam.

No ano que vem, nós teremos dois momentos extraordinários: o Brasil presidirá o G-20 e o BRICS e sediará a COP 30. O Brasil poderá se apresentar neste momento com esse conjunto de iniciativas.

Agradecemos a paciência de todos.

Um detalhe técnico só está sendo revisto, mas o parecer definitivo chegará a tempo. O.k.?

Dito isso, muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/21

144.2024	Sessão Ordinária - CD	12/08/2024-19:44
Publ.: DCD - 13/08/2024 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Ademais, defendeu que é um desejo antigo da sociedade a aprovação de uma reforma tributária, exaltando a contribuição do Parlamento, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, e do Presidente Lula. Além disso, elogiou a atuação parlamentar do Relator Mauro Benevides Filho, lembrando sua participação no grupo de trabalho que contribuiu para a elaboração da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que altera o Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero dizer que esse debate é um desejo da sociedade



brasileira há aproximadamente mais de 40 anos. Essa é uma conquista deste Parlamento, desta legislatura, do Presidente Arthur Lira e também do Presidente Lula, que fez muito bem ao criar a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, junto com o Bernard Appy e o Ministro Fernando Haddad.

Eu quero aqui reconhecer o belíssimo trabalho do nosso Relator Mauro Benevides Filho. Eu tive a alegria de participar com S.Exa. do grupo que elaborou a PEC 132/23. A sua competência técnica e a sua dedicação apresentam para a sociedade brasileira, de fato, uma solução extraordinária, incluindo todos os envolvidos no sistema tributário, inclusive, os contribuintes, criando um comitê de harmonização.

Portanto, a sociedade brasileira pode ter certeza de que estamos votando o melhor projeto de regulamentação do Comitê Gestor do IBS.

Documento 4/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-14:28
Publ.: DCD - 14/08/2024	Airton Faleiro-PT -PA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado prestou homenagem póstuma ao ex-servidor Athos Pereira, militante do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, defendeu a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), prevista no Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024. Destacou que o comitê é fundamental para a implementação da reforma tributária, garantindo uma arrecadação mais justa e promovendo o crescimento econômico do Brasil.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todos os nossos pares.

Começo meu pronunciamento fazendo uma homenagem a uma pessoa que nos deixou, partiu para o plano superior. Foi servidor desta Casa, foi chefe de gabinete da assessoria da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Estou falando de Athos Pereira. Foi Presidente do nosso partido em Goiás, foi da Executiva Nacional do nosso partido. Esse ser humano dedicou sua vida às grandes causas. Ainda jovem, com 20 anos, liderou, com outros companheiros, a luta contra o golpe militar. Foi exilado. Ao retornar, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores. Hoje, foi vencido pelo câncer.



Fica registrada a nossa homenagem, o nosso reconhecimento.

Que as boas lembranças de tudo que ele nos deixa confortem a alma, o coração e a mente de todos os seus familiares, companheiros e companheiras!

Sr. Presidente, abordo agora outro assunto. Eu estava prestando atenção ao colega que me antecedeu, que estava falando a respeito do projeto que está na pauta de hoje, o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, o famoso IBS. O Deputado estava levantando preocupações aqui.

É bom lembrar que a criação desse comitê gestor é resultante do que aprovamos na reforma tributária. É bom lembrar que esta Casa, atendendo proposição do Governo Federal, do Ministro Haddad e do Presidente Lula, aprovou uma reforma tributária revolucionária, alterando o nosso tão injusto sistema tributário, no qual os que podiam menos pagavam mais e os que podiam mais pagavam menos. Agora acontece o contrário! Quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos. O Presidente Lula já decretou isenção do pagamento de Imposto de Renda para os que ganham até dois salários mínimos. Ele quer essa isenção para quem recebe salário de até 5 mil reais; ele quer redução ou até isenção de impostos para a cesta básica, a fim de baratear os alimentos. Nós temos que aprovar isso aqui com aplausos, porque, ao contrário do que se pode pensar, esse comitê gestor tem o papel de ajudar o Brasil a crescer a partir da reforma tributária, porque o Brasil não dará conta, com a atual arrecadação, de resolver os seus problemas. Essa melhoria na arrecadação, desta vez vindo de quem pode mais, vai ajudar o Brasil a crescer, e, como a reforma tributária foi inclusiva, junto com o crescimento do Brasil vai crescer o povo brasileiro, que vai melhorar de vida, vai melhorar sua renda, vai melhorar a sua qualidade de cidadão.

Eu estava lendo aqui esse projeto. O Comitê Gestor do IBS trata de arrecadação, fiscalização, algo determinante, compensação de débitos e créditos, distribuição de receita, interpretação da legislação e, ainda, resolução de contenciosos, que são aquelas ações que tramitam na Justiça. Quando alguém ganha, é preciso que haja destinação.

A criação desse comitê gestor, Presidente, é determinante para caminharmos a passos largos no sentido da regulamentação, da praticidade da execução da reforma tributária, pelo que o povo brasileiro aplaudiu o Congresso, o povo brasileiro aplaudiu o nosso Governo. Há 40 anos não se mexia na reforma tributária. Não podemos, portanto, frustrar o povo brasileiro, agora lançar dúvidas sobre a criação desse comitê gestor, sobre o papel desse comitê gestor. Aliás, já estava definido na própria reforma tributária que haveria esse comitê gestor.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.



Obrigado.

Documento 5/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-15:00
Publ.: DCD - 14/08/2024	Capitão Samuel-PP -SE	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços. No entanto, criticou a retirada de prerrogativas dos auditores municipais e estaduais, que perderiam autoridade para outras instâncias do Executivo. Argumentou que a transferência de poderes prejudica os profissionais responsáveis pela fiscalização tributária, ressaltando que a intervenção da Procuradoria-Geral do Estado ou Município deveria ocorrer apenas em casos de judicialização. Por fim, defendeu que a autoridade tributária permaneça com os fiscos municipais e estaduais.

O SR. CAPITÃO SAMUEL (Bloco/PP - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está na pauta que nós vamos votar daqui a pouco nesta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços no âmbito do processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços. Esse é um projeto de lei importante para todo o Brasil, para os Estados e para os Municípios.

Porém, nesse projeto, os fiscos estaduais e os fiscos municipais, ou seja, as autoridades tributárias, estão perdendo a autoridade. Nós, junto com outros Deputados, estamos trabalhando com o Deputado Luiz Carlos Hauly, Relator do projeto, para que não se retirem as prerrogativas dos auditores municipais e dos auditores estaduais, homens e mulheres que realizam um grande trabalho País afora, enfrentando muitas dificuldades. As prerrogativas dessa classe estão sendo diminuídas, estão sendo deixadas de lado, e está sendo priorizado o contencioso judicial. Transfere-se a autoridade desses homens e mulheres para outras autoridades do Executivo, inicialmente, os procuradores dos Estados e dos Municípios.

Não há justificativa para isso. Caso o contribuinte não resolva seu caso na Secretaria da Fazenda Municipal ou Estadual, aí, sim, o Estado ou o Município pode entrar na Justiça, via PGE, por exemplo, para buscar solução para o conflito relativo aos impostos devidos. Nós não podemos deixar essa categoria



de fora para privilegiar outra. Acho que a PGE tem que ter o seu momento na hora da judicialização, mas, no âmbito administrativo federal, estadual e municipal, a autoridade tributária tem que ficar com o fisco municipal e estadual.

É isso, Sr. Presidente.

Documento 6/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-17:20
Publ.: DCD - 14/08/2024	Julia Zanatta-PL -SC	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada expressou preocupação com a reforma tributária e requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, que, segundo ela, deveria ser chamado de "Comitê Soviético", pois ameaça o pacto federativo e retira a autonomia dos Estados e Municípios. Afirmou que a centralização de poder em Brasília resultaria em maiores impostos e impactos negativos para a população, especialmente para os mais vulneráveis. Também criticou declarações recentes do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre heranças, e acusou o Governo de buscar apenas aumentar a arrecadação sem considerar as consequências para as famílias. Reiterou sua insatisfação com a forma como a reforma foi aprovada e lamentou a falta de resistência da Casa Legislativa.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Nobres colegas Deputados, venho aqui falar mais uma vez sobre a pior tragédia que vai acontecer no Brasil, ou melhor, está acontecendo: a reforma tributária. Não me canso de falar sobre isso, ainda mais porque tenho andado pelo meu Estado, Santa Catarina, conversado com as pessoas, e muitas delas não sabem da gravidade do que está acontecendo no Brasil.

Há coisas que estão me tirando o sono. Ontem aqui passou o requerimento de urgência para uma coisa que vai se chamar Comitê Gestor, mas cujo nome deveria ser Comitê Soviético, porque vai acabar com o pacto federativo do nosso País, vai tirar a pouca autonomia que os Estados e os Municípios do nosso Brasil têm.



O que mais me choca é ver Deputados desta Casa vendendo isso como se fosse algo bom! O que me deixa triste é ver a imprensa vendendo isso como algo bom! A nossa chance de barrar isso — e eu avisei lá atrás — era a PEC, o texto-base, mas ninguém deu bola ao que eu disse. Os Deputados votaram sem saber quais seriam as complementações da reforma. E agora nós vamos centralizar mais poder e mais dinheiro aqui em Brasília, fazendo com que a população que vive em cada Município deste Brasil sofra ainda mais, com o Governo arrancando muito mais dinheiro do nosso bolso, do bolso do povo! E, claro, quem sofre primeiro é o mais vulnerável, é o mais pobre, porque vai aumentar o preço de tudo! Quiseram negar isso no começo, mas agora não dá mais para negar, não dá mais para evitar a realidade.

Vejam só a perversidade de algumas pessoas. Outro dia, o Ministro Haddad deu uma entrevista, dizendo que herança é ruim para o herdeiro. Ele disse que herança é ruim! Não se trata só de herança, de dinheiro, como se falássemos de pessoas que têm bilhões. Trata-se do cara que tem uma propriedade e muitas vezes não consegue fazer um inventário porque é caro. E é doloroso para a família ter que pagar por algo que já é dela, que já é da família, por anos e anos. Então, estamos vivendo sob um Governo perverso!

O Lula, o Haddad e sua turma só pensam em arrecadar dinheiro!

Eu tenho vergonha de ver Deputados desta Casa deixarem passar tudo o que eles querem nesta pauta econômica. *"Não, vejam bem, nós votamos os costumes com vocês, mas temos a pauta econômica, nós precisamos fazer o Brasil andar."* Andar ou falir?! São canalhas, canalhas que não olham para o futuro das próximas gerações, não olham para o futuro dos próprios filhos. Isso é uma vergonha! *"Ah, mas você vota os costumes com a bancada conservadora."*

Com esse comitê gestor, com essa centralização de poder e de dinheiro, eles não precisam que nós votemos nada, porque esse comitê gestor vai ter mais poder que um Senador da República ou um Deputado ou um Governador.

Eu avisei.

Muito obrigada.

Documento 7/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-17:28
Publ.: DCD - 14/08/2024	Messias Donato-REPUBLICANOS -ES	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

O Deputado criticou a reforma tributária, destacando as perdas de receita enfrentadas pelos Estados e a introdução de novas taxações, como DPVAT, PIS/COFINS sobre combustíveis e gás de cozinha, e tributação de importações. Expressou descontentamento com o aumento dos impostos, incluindo a elevação da taxa sobre serviços funerários, que agora é superior a 26%. Acusou o Governo de estar desgovernado e de aplicar cortes em áreas essenciais como educação, segurança e saúde. Ressaltou que votou contra a reforma e criticou o impacto negativo das medidas sobre a população, especialmente em momentos de sofrimento.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho, mais uma vez, a esta tribuna para dizer que nós avisamos sobre a reforma tributária.

Aqueles que fizeram *lobby*, que foram de gabinete em gabinete, que reuniram as bancadas federais dos seus Estados, aqueles Governadores que pediram voto para a reforma tributária agora já estão colecionando diversas derrotas. A primeira derrota é moral; a segunda, arrecadatória. Por quê? Já começaram a sofrer perda de receita em seus Estados.

Falemos das taxações. Vejam os absurdos: a retomada do DPVAT, a retomada de PIS/COFINS sobre o combustível e sobre o gás de cozinha, a tributação das *offshores*, da importação de painéis solares e veículos elétricos, a tributação sobre a importação. Neste caso, nós destacamos as famosas blusinhas, aquelas que não tinham nenhuma taxa. Quem não se lembra das blusinhas? Enfim, há taxação de serviço e tantas outras taxações.

Não bastasse isso, este desgoverno, desesperado, de forma macabra, para arrecadar, buscar recursos, tirar do rico, tirar da classe média, tirar do pobre, chega exatamente àqueles que estão passando por momentos difíceis. Agora, as empresas de serviços funerários, pasmem V.Exas., estão se movimentando nos bastidores para tentarem reverter a alta dos impostos na regulamentação da reforma tributária, à qual eu não votei favoravelmente — ela não tem a digital do Deputado Federal Messias Donato, do Espírito Santo. Eu votei contra a reforma tributária.

Sr. Presidente, num momento de dor, num momento de lágrimas, num momento de tristeza, num momento em que o corpo está sendo velado, Deputado Cabo Gilberto, num momento de sofrimento do brasileiro, de sofrimento das famílias que perderam entes queridos, o tributo, que era de 8%, agora, com Lula, com o Governo do amor, com Haddad, vai para mais de 26%. Isso é um absurdo!

Os brasileiros já não aguentam mais este desgoverno, que não tem o que apresentar em se tratando da economia; que faz cortes na educação, na segurança pública, na saúde. Aqueles que fizeram o L, agora, estão



arrependidos e estão até fazendo greve: é greve de professores universitários, greve de enfermeiros, entre tantas outras.

Este Governo do PT é uma vergonha para o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 8/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-18:16
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Mauro Benevides Filho-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do relatório do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que organiza o funcionamento do Comitê Gestor que vai regular tanto o funcionamento do Imposto sobre Bens e Serviços — IBS, quanto da Contribuição sobre Bens e Serviços — CBS, já que, apesar de ser um IVA dual, é uma legislação única, e, em sendo legislação única, teríamos que tomar algumas cautelas na padronização dessa matéria.

Quero dizer a esta Casa que os sete Deputados do nosso grupo participaram da elaboração desse relatório, e coube a mim, como deferência, a relatoria da matéria.

Nós tivemos a precaução de ouvir 126 Deputados e Deputadas, fazendo suas ponderações, que disseram, na realidade, o que precisava ser aprimorado, incorporado ou até mesmo retirado de alguma forma, para que não pairasse qualquer dúvida em relação ao funcionamento dos tributos.

Vou destacar, em nosso relatório, cinco ou seis pontos que foram nevrálgicos para os Parlamentares e geraram discussões sobre a matéria.



Portanto, vem aqui a primeira colocação.

O texto que chega de lá para cá, no que concerne ao terceiro nível de decisão do IBS, ou seja, da avaliação dos autos de infração, chega de início sem contribuinte participando dessa decisão de terceiro grau. Ouvindo Parlamentares, ouvindo o setor privado, ouvindo o próprio Governo Federal, que contribuiu muito — tanto a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, com o Secretário Appy, quanto o Ministro, enfim —, nós procuramos fazer uma coordenação do que estava presente no texto e do que poderia estar de comum acordo com o Poder Executivo.

Então, o primeiro ponto de que esta Casa precisa tomar conhecimento, em relação à reclamação de que a decisão do comitê de terceiro grau não tinha contribuinte para fazer o contrabalanço da posição do Fisco, essa questão está integralmente resolvida, incorporada ao relatório que está no sistema. Tenho, portanto, a certeza de que temos realmente o melhor aprimoramento que se pôde obter ao longo de tudo isso. O Presidente Arthur Lira esteve sempre muito atento a essa matéria, e procuramos, portanto, fazer essa convergência com todos os Parlamentares.

É por isso, portanto, que eu estou aqui hoje, em nome dos sete Deputados que participaram do grupo: Deputado Vitor Lippi, Deputado Ivan Valente, Deputado Christino Aureo, Deputado Luiz Carlos Hauly, Deputado Pedro Campos e, além de mim, o Deputado Bruno Farias. Somos os sete Parlamentares que compuseram, portanto, essa análise.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar — essa é uma preocupação muito grande do setor privado —, para o qual eu queria pedir a atenção dos Deputados e das Deputadas, é a respeito daquele medo de termos um fiscal do Município de manhã, um fiscal do Estado à tarde, um fiscal da União à noite. Está eliminada essa possibilidade. Na Diretoria de Fiscalização, Deputado Hildo Rocha, vai haver uma coordenação, a fim de evitar esse arrocho dos três entes de uma forma só.

Agora, fizemos a ressalva de que, se determinado ente, se determinado auditor encontrar alguma matéria relevante, Deputado Merlong, isso possa ser compartilhado com os demais entes. Isso deu segurança às empresas de que não haveria essa sistemática de cobrança, que era um temor. Eu recebi vários segmentos, várias entidades, também empresariais, preocupados com esse tipo de possibilidade, que nós eliminamos com o relatório, com o texto substitutivo, que apresento neste momento para todos os Deputados examinarem.

O terceiro ponto diz respeito a um pedido da bancada das mulheres. Há o Comitê Gestor, que são os secretários, mas há as diretorias, que vão tratar disso no dia a dia. São as diretorias que vão tocar o dia a dia dessa coordenação, que será feita pelo Comitê Gestor. A proposta que nos chegou era no sentido de que seria importante, em todas as diretorias, haver, no mínimo, 30% de mulheres, que seriam capazes, portanto, de conduzir toda essa gestão, toda essa gerência. É mais um ponto que foi colocado, para que não pairasse qualquer dúvida em



relação à participação feminina, que tem crescido, inclusive no processo eleitoral, e que, agora, vem sendo repassada para todas as instâncias decisórias.

Havia uma preocupação muito grande, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro — atenção, Deputados do Rio de Janeiro! —, em relação ao Fundo de Combate à Pobreza. Há uma reclamação dos Municípios de que a alíquota de 11% do FECOP, ou seja, do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, retirava muito dinheiro dos Municípios. Houve, portanto, uma pressão muito grande para que essa alíquota fosse limitada a 1%.

A ponderação do Governador Cláudio Castro e do *staff* dele era de que nós não poderíamos tirar de uma vez só, Deputado Pedro Paulo, 10% da receita do Estado. Portanto, preocupados com essa ponderação, nós fizemos um acordo sobre essa convergência, de 11% para 1%, no sentido de que Estados que porventura tiverem alíquotas do Fundo de Combate à Pobreza maiores do que 1% vão ter um prazo — a palavra do momento agora é *phase out* —, vão ter um *phase out* durante 25 anos. Assim, nenhum Estado, nenhum Município poderá reclamar da formatação final do texto, porque aqui, sim, foi buscada a convergência para essa preocupação que lá está colocada.

Foi apresentado também um problema que gerou muita controvérsia, que é a questão do pagamento do ITCMD sobre o VGBL. Muitos tiveram preocupação com essa questão, mas, também aí, nós conseguimos fazer um acordo sobre como deveria ficar no texto. "*Como foi feito isso, Deputado Mauro Benevides Filho?*" Foi feito da seguinte forma: o VGBL securitizado, ou seja, que tem característica de seguro, ficou integralmente isento do pagamento do ITCMD. Isso já deu uma grande acalmada em relação a essa questão.

Atenção, Sras. e Srs. Deputados, no que concerne à questão do VGBL previdenciário — nós estamos falando de aportes de 10 anos, de 15 anos, de 20 anos, de 25 anos, enfim, de longo prazo —, havia e há uma preocupação: como as pessoas mais ricas estavam fazendo em relação ao VGBL? Elas passavam muitos anos aplicando em fundos, em CDBs, em letras as mais variadas possíveis, e, quando alcançavam os 70 anos, 75 anos de idade, migravam de todas essas aplicações para o VGBL, na tentativa, em planejamento tributário, de não pagar o ITCMD. Isso porque há esta disputa: alguns Estados ganham a cobrança, outros ainda estão em disputa no STJ, aliás, já há duas causas no Supremo Tribunal Federal.

Então, o que nós resolvemos? Gerar um acordo com o setor privado e com os Estados brasileiros. Qual foi o acordo feito? Se é uma aplicação previdenciária — repito, uma aplicação de longo prazo, de 15 anos, de 20 anos, de 25 anos, e assim por diante, meu caro Líder do Governo, nobre Deputado José Guimarães —, qual foi o acordo que nós fizemos? No VGBL previdenciário, cuja característica é de 10 anos, 15 anos, 20 anos, nós fizemos o seguinte: o VGBL que tiver, no mínimo, 5 anos estará isento do pagamento do ITCMD. Em qualquer outra oportunidade, não. Nesse caso, haverá a incidência do tributo. Isso foi concordado pelo mercado, isso foi concordado por todas as pessoas.



Portanto, esse texto está dando a oportunidade de isenção do pagamento do tributo, e não da cobrança, como saiu na imprensa. É exatamente o inverso: o texto prevê a possibilidade de isenção do pagamento do ITCMD desde que o prazo de aplicação seja, no mínimo, de 5 anos, de 6 anos, de 7 anos, não interessa o prazo. Tendo o VGBL a característica de médio e longo prazo, ele, portanto, estará isento do pagamento do ITCMD.

Há outra questão muito debatida, e eu quero pedir a atenção do Plenário, porque isso também, Deputado Carlos Zarattini, foi negociado com todas as cooperativas, com as imobiliárias, com o Sistema SICOOB, no Brasil inteiro. Refiro-me ao pagamento do ITBI. Lembrem-se também de que a Emenda Constitucional nº 132 mexeu no imposto sobre o consumo e introduziu matérias sobre o patrimônio. Por isso, nós estamos tratando tanto do ITCMD como do ITBI, que é matéria que também está sendo definitivamente relatada. Havia uma dúvida sobre se o pagamento do ITBI poderia ser feito antes do registro do imóvel, porque a ideia era a de que, no compromisso de compra e venda registrado em cartório de notas, por exemplo, já pudesse ser cobrado o ITBI para fins de registro de compra por aquela pessoa.

Como isso gerou muita controvérsia, o que nós fizemos? Nós mantivemos o pagamento no registro de imóveis, mas abrimos a possibilidade de as Prefeituras poderem cobrar uma alíquota menor, se assim for vontade do contribuinte — esse passo é muito importante —, se for desejo do contribuinte, meu caro Deputado Ricardo Salles, que participou comigo da discussão dessa matéria. Dessa forma, nós abrimos a possibilidade de redução da alíquota pelo menos pela metade. Hoje, na minha cidade, Fortaleza, por exemplo, a alíquota do registro de imóvel é de 4% e a do registro do compromisso de compra e venda é de 2%, cai pela metade. Então, muita gente aflui para o pagamento de uma alíquota reduzida. Dessa forma, não pairou qualquer dúvida em relação a essa questão. Nós, portanto, pacificamos muitos Deputados e Deputadas que vieram para cá para tratar efetivamente dessa questão.

Outro ponto que gerou controvérsia diz respeito à cobrança quando há divergência. Esse detalhe talvez seja um dos mais importantes do que nós fizemos dentro do contexto. Há o CARF julgando a CBS e há o Comitê Gestor, terceira instância, julgando o IBS, mas é preciso lembrar que a legislação é única. Portanto, não pode haver divergência entre o julgamento da CBS e o julgamento do IBS. O que nós fizemos? Inicialmente, havia a resistência da própria Receita, que depois foi convencida, Deputado Pedro Lupion. Nós trouxemos isso para o Comitê de Harmonização. Para quem não sabe, no Comitê Gestor vai haver um Comitê de Harmonização, que vai ter como missão, Sras. e Srs. Deputados, se houver posições divergentes entre o CARF e o Comitê Gestor do IBS, definir quem efetivamente está certo. Isso dá maior tranquilidade ao próprio contribuinte, dá segurança, porque a harmonização, eu diria, no linguajar do Supremo, uma vez feita, gerará o que nós chamamos de súmula vinculante. Tanto o Comitê Gestor quanto o CARF vão ter que seguir essa orientação. Já que a lei é única, não há razão para que geremos divergências de entendimento entre os dois conselhos que lá estão devidamente



colocados.

Esse é um ponto que deu aos contribuintes a segurança de poderem saber que, mesmo havendo duas instâncias de decisão, sempre que houver divergência, haverá um Comitê de Harmonização que vai decidir quem está certo. Uma vez decidido quem está certo, será gerada uma súmula vinculante para que ambos os conselhos, Deputado Mário Heringer, sigam a mesma instrução que foi disciplinada pelo Comitê Gestor.

Já vou encerrar. Estou elencando só alguns pontos, pois o texto é muito extenso.

Outro fator que gerou problema, isso já de ontem para hoje, foi a distribuição dos lucros das empresas em relação ao pagamento do ITCMD. Se você tem dois sócios, cada um deles detendo 50% de uma empresa, quando essa empresa vai distribuir os lucros, ela tem que fazê-lo baseada na cota, ou seja, baseada no que cada um tem. Nesse exemplo, 50% teriam que ser distribuídos para cada sócio. Se fossem ser distribuídos mil reais, 500 reais iriam para um e 500 reais iriam para outro.

Contudo, há casos, até mesmo de briga familiar, em que se distribuem 700 reais para um e 300 reais para outro, fora da lei, fora da regra. Então, o que é que nós fizemos? Definimos que esse excedente que é feito fora da lei terá incidência do ITCMD. Muita gente falou que se está cobrando imposto de renda sobre o dividendo, mas não é nada disso, absolutamente nada disso; é que, no excedente da distribuição, haverá incidência dessa matéria. Conversando com o Deputado Claudio Cajado e com o Deputado Doutor Luizinho, nós acertamos que essa diferença, ao ser taxada, terá um percentual menor de alíquota do que a alíquota normal do ITCMD. Isso acalmou todas essas pessoas, o que contribuiu para amenizar todas essas questões.

Então, esse é o relatório.

Dito isso, diante de tantas análises que esse comitê se propôs a fazer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo à leitura da conclusão do voto.

"Em conclusão, votamos:

a) no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024 e, no mérito, pela sua aprovação com o substitutivo em anexo" — o Deputado Luiz Carlos Hauly contribuiu de maneira exaustiva para esse processo —; "e

b) no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços e da Comissão de Administração e Serviço Público, pela aprovação do projeto de lei complementar na forma do substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação;

c) no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pelo atendimento dos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e boa



técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, e do substitutivo da CFT."

Encerro a leitura do relatório emitindo o meu parecer pela aprovação desta matéria, da forma como está posta no substitutivo desta Casa.

Documento 9/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-18:40
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Pauderney Avelino-UNIÃO -AM	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou o trabalho desempenhado pelo Relator Deputado Mauro Benevides Filho para aperfeiçoar o texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (Bloco/UNIÃO - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas corroborar o que disse o Deputado Mauro Benevides Filho. Ele realmente atendeu um grande número de Parlamentares e acrescentou modificações ao texto que, tenho certeza, melhorou-o muito, uma vez que S.Exa., tendo sido Secretário da Fazenda do Ceará por 12 anos, conhece profundamente os mecanismos dessa matéria. Portanto, registro meus cumprimentos.

Vamos votar!

Documento 10/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-18:40
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Claudio Cajado-PP -BA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado esclareceu ao Plenário que manteve o destaque sobre a questão da taxaação da distribuição desproporcional dos lucros, apresentado ao Projeto de



Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, se V.Exa. me permitir, gostaria de dar um esclarecimento.

Eu conversei com o Deputado Mauro Benevides Filho, pela manhã, no intuito de podermos rever essa posição de taxar a distribuição desproporcional dos lucros. Porém, o destaque foi apresentado.

Deputado Mauro, eu peço a V.Exa. que compreenda que conversei com vários Líderes e Parlamentares no plenário, e eles pediram que nós mantivéssemos o destaque. À guisa de respeito a V.Exa., nós vamos manter o destaque, porque nós não chegamos a conversar até o momento que V.Exa. apresentou o substitutivo. Assim, nós optamos por manter o destaque, ouvido o Plenário, principalmente alguns Líderes.

Presidente, esse era o esclarecimento que eu queria dar ao Plenário e a V.Exa.

Documento 11/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:12
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Tarcísio Motta-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Ademais, lamentou que não tivesse sido incluído na regulamentação da reforma tributária o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e informou que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentará um destaque para incluir o tributo.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, voltamos a mais uma votação referente à reforma tributária.

Em todas as votações, aquilo que move a bancada do PSOL é responder à seguinte pergunta: como nós podemos chegar à justiça tributária no Brasil? Como podemos fazer com que aqueles que têm mais, muito mais, paguem mais e como fazer com que aqueles que têm menos paguem menos ou sejam isentos? Nós todos sabemos que não há outro caminho para isso que não seja reduzir a carga tributária sobre o consumo e ampliar a carga tributária para os bilionários, para aqueles que têm muito em patrimônio e renda.

Nós todos sabemos que essa fase da reforma tributária não tem esse elemento como centro, Deputado Patrus Ananias, mas nós sabemos também que a simplificação e o fim do efeito cumulativo são elementos importantes para abrir caminho a fim de se diminuir a tributação sobre o consumo. Por isso, nós fomos favoráveis a esta reforma. Entendemos que ela pode aliviar o peso da carga tributária sobre os trabalhadores.

Neste projeto que estamos discutindo agora, especificamente, além de discutirmos o mecanismo a partir do qual esse imposto arrecadado de forma centralizada será redistribuído, nós também estamos debatendo a regulamentação de outros impostos.

Eu quero chamar a atenção de todos para o que talvez seja a maior vitória deste projeto que estamos votando aqui agora. Estabelecer que o ITCMD, o imposto sobre herança, obrigatoriamente seja progressivo e que os Estados e o Senado Federal se debrucem sobre a ampliação das alíquotas máximas do imposto sobre herança é absolutamente decisivo. Eu quero parabenizar o grupo de trabalho que incluiu esse elemento no relatório, tornando possível que, ao menos nesse ponto, a justiça tributária brasileira possa avançar.

Ao mesmo tempo, eu quero discutir aqui que nós estamos perdendo uma oportunidade. Não termos aproveitado para regulamentar e avançar no Imposto sobre Grandes Fortunas foi um erro. Nós estamos perdendo uma oportunidade. O PSOL apresentará um destaque para se incluir já o Imposto sobre Grandes Fortunas, já que nós estamos discutindo o ITCMD, o ITBI, a COSIP e outras contribuições que estão presentes.

Eu só quero dizer, para encerrar, que os bilionários deste País têm que pagar a sua conta para garantir a diminuição da desigualdade e os direitos do povo trabalhador brasileiro.

Obrigado.



Publ.: DCD - 14/08/2024 -

Erika Kokay-PT -DF

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Ademais, defendeu alteração na proposição para eliminar a tributação sobre fundos de pensão, argumentando em prol da isenção tributária.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós caminhamos na perspectiva de eliminação da guerra fiscal, que incomoda o conjunto dos Estados e Municípios, com os impostos, o estadual e também o municipal. Então, é fundamental que isso se consolide com a construção de um comitê que tenha a participação dos Municípios e dos Estados, para que se possa harmonizar a construção de um imposto único — um comitê que vai estabelecer as relações e fortalecer o pacto federativo, que vai uniformizar a metodologia de cálculo, a interpretação e inclusive o procedimento sobre o contencioso.

Se há um contencioso a partir de um imposto, como é que se vai lidar com esse contencioso se não tiver a capacidade de um comitê que possa fazer a padronização, que possa fazer a uniformização? Alguns dizem: "*Não, mas veja, isso aí tira prerrogativas do Congresso*". Nós estamos falando, em grande medida, de normas que são infralegais. Estamos dizendo que a metodologia a ser estabelecida para o cálculo do próprio imposto será revisada pelo Tribunal de Contas e será objeto de uma resolução do Congresso através do Senado.

Portanto, é fundamental que nós possamos concretizar o que esta Casa já apoiou com a unificação dos impostos, para que nós definitivamente acabemos com a guerra fiscal, para que definitivamente tenhamos Estados, que hoje geram o ICMS, e Municípios, que geram o ISS, harmonizados na construção de uma metodologia, de uma interpretação e de uma padronização.

É fundamental, portanto, que nós possamos aprovar este projeto. Mas é fundamental que nós possamos corrigi-lo também em aspectos que me parecem extremamente cruéis. Este projeto está impondo — impondo — um imposto para pensionistas, para viúvas, viúvos, órfãos e órfãs. Está considerando que os fundos de pensão, a complementação da aposentadoria, é um patrimônio, como se fosse uma herança, uma fortuna. É fruto de uma poupança de trabalhadores e trabalhadoras. Nós não podemos, nós que



aprovamos aqui a isenção dos fundos de pensão, impor hoje um imposto para essas pessoas, para as viúvas, para os viúvos, para os órfãos, para as órfãs.

Por isso, é fundamental que nós possamos corrigir essa distorção.

Documento 13/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:16
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Mauro Benevides Filho-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a ler o voto.

"Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 109 Emendas de Plenário". Isso demonstra, portanto, um interesse muito grande pela matéria, apesar das inúmeras alterações que foram feitas no decorrer do processo.

"Após amplo diálogo com diversos Líderes partidários" — e Deputados individuais — "entendemos que o substitutivo pode ser aprimorado, em especial em face do espírito das Emendas nºs 1, 2 e 9.

No que se refere às demais emendas, somos da opinião de que o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar por nós apresentado já tratava adequadamente a matéria sob análise, razão pela qual somos pela rejeição dessas emendas de Plenário". Muitas delas acabaram sendo aproveitadas no texto que está lá no sistema agora.

"Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços e da Comissão de Administração e Serviço Público, somos pela aprovação das Emendas de Plenário nº 1, 2 e 9, na forma da Subemenda Substitutiva da Comissão de Finanças e Tributação, e pela rejeição das demais emendas.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação da matéria



em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública da União, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária de todas as Emendas de Plenário e, no mérito, votamos pela aprovação das Emendas nº 1, 2 e 9, na forma da Subemenda Substitutiva anexa, e pela rejeição das demais Emendas de Plenário.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as Emendas de Plenário e da Subemenda Substitutiva da Comissão de Finanças e Tributação".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Documento 14/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:32
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Na oportunidade, parabenizou o Relator, o Deputado Mauro Benevides e todas as demais pessoas que contribuíram com a reforma tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em nome do bloco, encaminho o voto "sim" à aprovação do PLP 108, pelas razões que já expus anteriormente: pela grandiosidade da mudança tributária que esta Casa está fazendo e pela importância econômica e estratégica do IVA que acabamos de aprovar na Casa. Esta lei é a segunda peça legal que dá complemento para que ela seja devidamente implementada.

Quero parabenizar o Relator, o Deputado Mauro Benevides, todos os membros do G7, toda a Casa e todos aqueles e aquelas que vêm votando favoravelmente à mais importante reforma capitalista liberal da história do Brasil.

Votamos "sim", pelo Brasil!



Documento 15/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:36
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Merlong Solano-PT -PI	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Na oportunidade, defendeu a capacidade da reforma tributária em diminuir a carga tributária, incentivar o crescimento econômico e gerar empregos.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a federação orienta "sim" a uma reforma tributária que consagra em lei a transparência, pois cada cidadão vai saber exatamente quanto paga de imposto em cada operação; uma reforma que põe fim à guerra fiscal ao adotar a tributação no destino e que também possibilita a redução da sonegação fiscal e, por isso mesmo, cria a possibilidade de uma redução da carga tributária no nosso País, incentivando o crescimento da nossa economia e a geração de empregos.

Votamos "sim".

Documento 16/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:44
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Danilo Forte-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o protagonismo do Congresso Nacional na construção de um orçamento transparente e participativo, ressaltando a importância da autonomia do Parlamento em relação ao Poder Executivo. Enfatizou a necessidade de manter as conquistas legislativas, como a impositividade das emendas e a fiscalização rigorosa das transferências de recursos. Criticou a



inoperância da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que possui restos a pagar de 8 bilhões de reais, e defendeu a continuidade das discussões para melhorar o modelo orçamentário, garantindo que o Parlamento não retroceda em suas conquistas.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem sombra de dúvida, hoje estamos votando uma reforma tributária. E este Congresso Nacional abrigou a postura de um protagonismo nunca antes visto neste País e neste Parlamento.

Era muito comum, muito usual que a pauta do Congresso Nacional sempre fosse um desdobramento da vontade do Poder Executivo. E essa altivez, essa determinação e essa autonomia do Congresso Nacional foram construídas graças à impositividade das emendas individuais, que começaram lá em 2014, quando eu tive a oportunidade, pela primeira vez, de ser Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

De lá para cá, nós percebemos que o Congresso Nacional, cada vez mais, na sua autonomia e no seu dever constitucional de ter a obrigação de fazer a Lei Orçamentária Anual e de fiscalizar a execução do Orçamento, foi, com isso, garantindo um protagonismo. E as matérias, hoje, são de conteúdo possível graças exatamente a essa construção.

Eu quero aqui exaltar, mais uma vez, a nossa preocupação, no ano passado, quando fui determinado e indicado para relatar a LDO, de buscar construir um orçamento o mais transparente possível. E aqui agradeço, honrado, a determinação que me foi dada pelo Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, de construir um orçamento participativo e, ao mesmo tempo, que pudesse garantir as conquistas do Congresso Nacional e do Parlamento brasileiro. E assim foi feito.

Foram várias audiências públicas, todas elas baseadas numa construção em que nós pudéssemos abrigar aquilo que a sociedade queria incluir no orçamento. E foi nessa busca que nós trouxemos, para dentro do orçamento, inclusive, um orçamento exclusivo para garantir os direitos das crianças com deficiência, principalmente aquelas que têm transtorno do espectro autista. Foi assim que nós garantimos a inclusão, no orçamento, da luta das mulheres contra a violência, incluindo o programa Antes que Aconteça exatamente para dar a ele garantia financeira e para diminuir e combater a violência contra as mulheres.

Dentro deste contexto, nós criamos exatamente a ampliação da impositividade do orçamento, que se faz necessária até para dar segurança jurídica ao País e segurança financeira na execução do próprio orçamento, porque nós sabemos que, ciclicamente, o Brasil repete crises fiscais em cima de crises fiscais, oriundas muitas vezes de um orçamento inflado, de um orçamento desproporcional ao tamanho da arrecadação que o País tem. E aí ficam buscando puxadinhos, artifícios que geram déficit fiscais, que criam inclusive insegurança para a estabilidade econômica e financeira do País e que



contribuem sensivelmente para o aumento de juros e para o aumento da inflação. Por quê? Porque o orçamento é muito maior do que o que cabe no bolso dos brasileiros e brasileiras.

Não se pode continuar fazendo ajuste fiscal apenas aumentando impostos. E nós do Congresso Nacional, mais uma vez, com a nossa altivez, conseguimos diminuir impostos. Pela primeira vez na história, nós votamos aqui, em 2022, uma lei que reduziu o imposto da gasolina, da energia e de outros combustíveis, inclusive com um projeto de lei de minha autoria e relatado pelo Líder do meu partido, o Deputado Elmar Nascimento. Essa busca fez com que nós garantíssemos a constitucionalidade da LDO.

Porém, de repente, fomos tomados pela iniciativa da Suprema Corte de suspender o pagamento das emendas. Todos sabem da nossa luta para instituir um cronograma de pagamentos das emendas, para que não se retornasse à prática do "toma lá, dá cá", não houvesse a volta da subserviência do Poder Legislativo ao Poder Executivo. Nós temos clareza com relação a isso.

Essa conquista precisa ser preservada, e a preservação dessa conquista passa, necessariamente, pelo embasamento jurídico que nós demos a essa vitória do Parlamento brasileiro. A Emenda Constitucional nº 105, de 2019, no seu art. 166-A, determina a forma de transferência dos recursos do Governo Federal para entes estaduais e municipais. Isso está na Constituição. Nós não criamos nada novo com relação à transferência. O que nós fizemos na LDO foi garantir a fiscalização dessas transferências, por meio do art. 83, § 5º, da LDO de 2024, redigido por mim, numa construção conjunta com o Tribunal de Contas da União. Dessa forma, o Tribunal de Contas da União pode fiscalizar as transferências especiais e, ao mesmo tempo, pode fazer convênios com os Tribunais de Contas dos Estados para fiscalizar a execução nos Estados. Isso foi fruto da LDO aprovada pelo Congresso Nacional.

Não me venham criar subjetividades ou ilações sobre algo que não está previsto na legislação. A legislação prevê o instituto da transferência e prevê a fiscalização. Não podemos ser manipulados para diminuir o nosso papel e a importância do Congresso Nacional, diante da necessidade constitucional de elaborar a lei orçamentária do País.

Meus amigos, nesse momento estamos dispostos ao diálogo. Eu até me surpreendi quando foram feitas as indagações e a automática suspensão da execução orçamentária pelo Poder Judiciário sem a devida vênica de buscar fazer um entendimento com o Poder Legislativo. Todos sabem que eu sempre estive muito disponível para debater com todos os entes federados. Eu debati com o Supremo quando questionaram a nossa lei que reduziu os impostos. Nós conseguimos garantir que havia constitucionalidade na lei que reduziu os impostos, que foi uma vitória do povo brasileiro. Agora, de novo, estamos dispostos a debater o Orçamento de 2024.

Não podemos sofrer a paralisação da execução orçamentária em nome da subserviência do Parlamento, em nome da volta do "toma lá, dá cá", em nome



da entrega da conquista mais importante para o municipalismo brasileiro, que são as intervenções diretas da execução orçamentária.

Todo mundo sabe que há uma preferência pelas transferências, e não é porque elas são escondidas ou opacas, não. Há uma preferência pelas transferências porque elas se dão de forma mais rápida. Se hoje você faz um convênio para uma obra de saneamento básico com uma instituição federal — FUNASA, DNOCS, Ministério das Cidades, Ministério da Integração —, você pode ter certeza de que, quando começar a execução dessa obra, esse recurso, esse orçamento já estará defasado, porque são no mínimo 2 anos de análise, vários órgãos têm que intervir, e o Município termina perdendo o recurso.

É necessário e importante que este Plenário saiba que a FUNASA, da qual nós lutamos contra a extinção, tem restos a pagar de 8 bilhões de reais. Isso está parado lá pela inoperância da atual gestão da FUNASA, pela falta de compromisso em atender aos Municípios brasileiros. Nós inclusive tivemos o cuidado de abrir espaço na LDO deste ano para que as emendas parlamentares pudessem suplementar convênios da FUNASA, do FNDE, do DNOCS ou de qualquer outro órgão do Governo Federal que estivesse defasado, exatamente porque não se consegue fazer a execução no tempo hábil, naquele orçamento que foi previsto por uma emenda parlamentar ou até mesmo por uma indicação orçamentária do Governo Federal.

Então, neste momento, é necessário que nós entendamos que, primeiro, nós estamos dispostos a revê-lo. Nós vamos discutir a LDO daqui a pouco. O Deputado Julio Arcoverde já está fazendo esse debate na CMO. Nós podemos, inclusive, fazer o orçamento de 2025 já dentro de outra modelagem. Eu mesmo defendi aqui no Plenário desta Casa que nós copiássemos o modelo alemão das emendas partidárias, das emendas dos blocos partidários, porque você valoriza a liderança do partido, você valoriza a bancada e você tem um acompanhamento permanente dessas próprias bancadas. Esse debate não fluiu no ano passado, mas eu espero que neste ano possa fluir e nós possamos avançar para ter um orçamento ainda mais transparente e mais participativo.

Nós não podemos nos acovardar neste momento e perder o espaço e as conquistas que foram feitas. O Parlamento brasileiro não pode regredir. O Poder Legislativo não pode recuar diante de um momento como este. Vamos enfrentar o debate com transparência e com a mesma determinação com que nós fizemos a lei orçamentária mais participativa da história, que foi o orçamento de 2024.

Documento 17/21

147.2024

Publ.: DCD - 14/08/2024 -

Sessão Ordinária - CD

José Guimarães-PT -CE

ORDEM DO DIA

13/08/2024-20:00

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

O Deputado destacou a importância da aprovação da reforma tributária, ressaltando que ela estava há mais de 30 anos em pauta no Congresso. Comemorou os indicadores positivos da economia brasileira, como o crescimento do PIB, a redução do desemprego e o aumento da renda. Elogiou os programas sociais e investimentos do Governo Lula, como o Novo PAC e iniciativas na transição energética. Por fim, agradeceu a colaboração dos Ministros e do Parlamento na reconstrução do Brasil, enfatizando a importância da reforma tributária para um sistema mais justo e eficiente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos, nesta noite de terça-feira, praticamente concluindo a votação da reforma tributária, tão desejada há anos, que ficou mais de 30 anos dormitando nas gavetas aqui da Câmara e do Senado.

Hoje nós votamos o PLP 108/24, o mérito dele, que foi o projeto que criou o comitê gestor que vai dirigir, unir, repartir e fazer a distribuição do IBS entre os entes federados.

Eu estou fazendo este registro, Sr. Presidente, porque este momento é para comemorarmos aquilo que está sinalizando as projeções de crescimento da economia brasileira. Todos os indicadores fornecidos pelo mercado são de que o Brasil definitivamente entrou num processo sustentável de crescimento da nossa economia. Por exemplo, no ano passado, em 2023, quando iniciamos o Governo do Presidente Lula, os agourentos, os pessimistas, diziam que a economia ia crescer 0,8%. Nós crescemos 2,9%, quase 3%.

Neste ano, as projeções dizem que já está garantido o crescimento de 2,4%, e eu não tenho dúvida de que vamos chegar a 3%, a um crescimento sustentável. A ele se unem outros itens que dão sustentabilidade ao crescimento de nossa economia.

Sobre o emprego, tivemos a menor taxa de desemprego desde a série histórica. A inflação está abaixo da meta. Vejam bem: inflação abaixo da meta. Houve redução do nível de pobreza. Mais de 14 milhões de brasileiros e brasileiras migraram da situação de pobreza, e já, já, o Brasil sairá do Mapa da Fome, porque há ação do nosso Governo, ação nas políticas inclusivas, sociais e distributivas que nós estamos fazendo.

A renda do brasileiro aumentou. Talvez esse seja o elemento da economia mais importante. As pessoas estão melhorando de vida e, portanto, elevando o padrão de consumo. Todo mundo começa a consumir mais, porque a renda cresceu. Isso vai melhorando cada vez mais os índices, os indicadores sociais e de vida dos brasileiros e brasileiras que estavam na margem da pobreza nos



últimos 5 anos, quando o Brasil voltou para o Mapa da Fome.

A agenda internacional do nosso Governo fez com que o Brasil recuperasse sua credibilidade externa, e os investidores já começaram a voltar para o Brasil, porque sentem segurança de que nosso Governo une duas questões que são centrais para garantir a segurança jurídica para aqueles que querem investir no Brasil: segurança naquilo que é fundamental; responsabilidade social nos programas, no aumento dos programas. Os programas sociais que nós estamos implementando e dirigindo não são gastos, são investimentos, porque a vida das pessoas está em jogo.

Ao mesmo tempo, temos responsabilidade fiscal. Tudo aquilo que está sendo feito é por conta de um conjunto de iniciativas que nosso Governo e este Congresso vêm tomando.

Quem não se lembra do PAC — Programa de Aceleração do Crescimento? O Novo PAC já está com 28% das obras executadas e vai investir no Brasil mais de 1,7 trilhão de reais nos próximos 4 anos. Qual é o impacto disso na economia real? Ajudar as cidades e as regiões, com a retomada de obras importantes como a da Transnordestina, recentemente no Nordeste brasileiro.

Sabem qual é o elemento mais estratégico que vai garantir a melhoria do ambiente econômico? É o aumento do investimento público. E ele tem aumentado. Isso vai gerando divisas, vai gerando oportunidades, vai promovendo o crescimento e ajudando o conjunto da Federação.

Ontem, aqui, nós aprovamos aquilo que é fundamental neste esforço que nosso Governo vem fazendo na transição energética, para dar ao Brasil o protagonismo de um dos países que tem as maiores possibilidades de reduzir tudo aquilo que hoje é visto como combustível fóssil.

Nós precisamos, portanto, avançar. E as iniciativas que estão sendo tomadas, na área do meio ambiente, na preservação de nossas florestas, nos investimentos que estão sendo feitos, garantindo a sustentabilidade, indicam que o Brasil caminha de forma clara e concreta, apesar das vozes do agouro, daqueles agourentos que não têm compromisso com o Brasil, como nós vimos hoje aqui.

Onde já se viu votarem contra a reforma tributária? A reforma tributária interessa ao Brasil, não é só à Esquerda ou ao Centro. A reforma tributária é uma questão do Brasil, não é só do Governo, é do Parlamento. E nós esperávamos que todos votassem a favor daquilo que preconizou a PEC da Reforma Tributária. Finalmente hoje nós conseguimos votar o mérito do segundo projeto, que regulamenta a matéria e dá ao Brasil as condições de ser um país justo tributariamente falando, dá aos Estados condições para que não fiquem praticando essa famigerada guerra fiscal, que levou à disputa entre os entes federados.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil está sendo reconstruído, produto do esforço



que estamos fazendo aqui no Parlamento, produto daquilo que o Presidente Lula está fazendo, como tem anunciado a construção de muitas unidades de institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o Bolsa Atleta, o Pé-de-Meia, que está revolucionando a vida de estudantes do ensino médio deste Brasil. Mais de 4 milhões de jovens estão tendo acesso a este programa, que é o Pé-de-Meia, marca indelével daquilo que o nosso Governo está fazendo para incentivar o jovem a permanecer na escola, para não permitir a evasão escolar que caracterizou os anos de desmonte da educação pública brasileira patrocinada pelo ex-Governo.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero fixar esta opinião em nome do Governo do Presidente Lula. A votação da reforma tributária hoje, com a conclusão dos destaques amanhã, para mim, é o coroamento disto, de todo o esforço que fizemos desde a PEC da transição, lá no final de 2022, até agora, com a reforma tributária, em função de todas as medidas tomadas em favor do Brasil.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a todos aqueles que colaboraram com essa reconstrução do Brasil, todos aqueles que nos ajudaram, ao Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, aos Líderes dos partidos. Não se promove essa reconstrução sem uma participação efetiva. Mesmo nos momentos das divergências aqui, nós soubemos ter grandeza, ousadia e compromisso com o Brasil e aprovamos matérias tão relevantes para o fortalecimento da nossa economia.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a sua paciência.

Em nome do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula, quero reconhecer o papel que os nossos Ministros tiveram nesse processo de relação com o Congresso, o Ministro Haddad, o Ministro Rui Costa, o Ministro Padilha e todos aqueles Ministros que vieram a esta Casa dialogar, debater, polemizar e conseguir aprovar tudo aquilo que foi decisivo nessa reconstrução vitoriosa que o Brasil está fazendo.

Documento 18/21

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-20:20
Publ.: DCD - 14/08/2024 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o histórico de crescimento econômico do Brasil e a estagnação nos últimos anos, ressaltando a importância da reforma tributária, que ele considera a "mãe de todas as reformas". Enfatizou que essa reforma é um projeto de Estado e não de Governo, projetado para eliminar problemas como guerra fiscal, sonegação e burocracia, além de fortalecer o pacto federativo. Defendeu também a implementação do semipresidencialismo como



uma bandeira para o segundo semestre, visando maior estabilidade e eficiência governamental.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Lucio Mosquini, Sras. e Srs. Parlamentares, a República Federativa do Brasil teve um período de grande crescimento econômico. Nos primeiros 40 anos da República, crescemos quase 5% ao ano, dobrando o nosso PIB a cada 10 anos. Nos 50 anos seguintes, crescemos 6,3% ao ano, dobrando o nosso PIB a cada 16 anos. Mas, nos últimos 43 anos, caímos para 2% ao ano. Nos últimos 10 anos, tivemos zero de crescimento econômico.

A crise de 2014, 2015 e 2016 e a crise da pandemia fizeram com que a década fosse perdida. Neste momento, nós estamos terminando de votar a mais importante reforma, chamada a mãe de todas as reformas, que é a tributária. Esta Casa votou a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, e agora vota a reforma tributária do consumo. Falta fazer ainda a reforma da renda, e está prometido para esse segundo semestre o envio do projeto por parte do Governo Federal.

Como economista tributário e como um homem de Estado, um homem público, com mais de 50 anos de vida pública, tendo sido Vereador, Prefeito, Secretário de Estado da Fazenda do Paraná por duas vezes, Deputado Federal de oitavo mandato, sempre participando da vida pública do Município, do Estado, do País, ajudei a fazer muitos planos de Governo, eu avalio de forma isenta, através dos projetos que eu tive a honra de relatar nesta Casa, como o SIMPLES, o Super-SIMPLES, o MEI, a Lei de Exportação, a Lei de Sociedade Anônima e tantas outras leis importantes que ajudei a fazer nesses últimos 30 anos de mandato. Se dependesse do Congresso, o Brasil seria muito melhor. Infelizmente, o Congresso é um poder que não manda e está sempre submetido ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário. Há sempre uma tutela dos dois Poderes pela própria fraqueza do Parlamento.

Eu conheço muitos Parlamentos do mundo. O Brasil é fraco, porque as nossas lideranças não assumem esta força que tem o Parlamento. Se forem ao Parlamento inglês, francês, alemão, canadense ou americano, de qualquer país do mundo, vão sentir aquele vigor, aquela força. Tanto é, que a maioria dos países do mundo são semipresidencialistas, ou com monarquia e parlamentarismo, ou com outro sistema de governo e parlamentarismo.

O Brasil não tem saída, já que conclui assim a sua reforma econômica mais importante. Reitero aqui que se trata de uma reforma econômica, capitalista, liberal, uma microrreforma da economia brasileira, porque o sistema tributário está dentro da formação de preços relativos à economia. Quando um produtor rural, uma indústria, um comerciante, um prestador de serviços forma o seu preço de venda, lá estão os tributos — os tributos da base de consumo, da base de renda e da base de patrimônio —, que são repassados para o consumidor



final.

Portanto, quem paga os impostos de consumo? O consumidor final. Quem é o consumidor final? As famílias. É o povo brasileiro quem paga o imposto de consumo. Quando uma empresa tem muito Imposto de Renda a pagar — a PETROBRAS paga muito Imposto de Renda —, é ela que está pagando? Não. Esse valor já foi pago à PETROBRAS pelo povo, pelo consumidor de gasolina, de *diesel* e demais outros derivados do petróleo.

O que é a economia de mercado? Para que existe a economia de mercado? Todos os regimes do mundo têm a economia de mercado, mesmo os regimes socialistas, como Cuba, que é uma economia de mercado estatal, puramente estatal. A China, mais esperta, resolveu partir para uma economia de mercado de Estado misturada com a iniciativa privada, mas a essência lá ainda é o Estado chinês. A economia de mercado só existe para servir o povo. Do que o povo precisa? De tudo.

Tudo que as famílias compram, do primeiro dia do ano ao último dia do ano, todos os dias, tudo que ela precisa é oferecido pela economia de mercado. O produtor rural, o produtor industrial, o produtor de serviços, o comerciante, o varejista, todos trabalham para servir o povo. Por sua vez, a população é consumidora desses produtos. É ela que paga o principal e os acessórios, os impostos. É ela que paga o lucro da empresa, é ela que paga o salário dos funcionários das empresas. Por sua vez, os impostos recolhidos pagam os salários e pagam os serviços que o Estado brasileiro oferece para a população.

Então, a população é empregada dos meios de produção e é dona dos meios de produção — não sendo uma multinacional. As empresas nacionais que não são de família, mesmo sendo, são de brasileiros, ou são empresas multinacionais. A maioria das empresas são nacionais.

Então, quando se faz uma reforma tributária, eliminam-se todos os pontos negativos que tem a economia brasileira.

O que o IVA 5.0, aprovado aqui, e esse projeto do comitê gestor resolveram? Primeiro, eles acabam com a guerra fiscal entre Estados e Municípios. Acabam com essa nefasta inadimplência de a empresa declarar que tem imposto a pagar e, no dia de pagar, não pagar. Acabam com o custo burocrático. Acabam com a concorrência desleal. Esmagam a sonegação. Acabam com o problema do regime fiscal. E acabam com o contencioso tributário administrativo e judicial. São tantos os ganhos, que haverá um ganho de eficiência para as empresas produtoras rurais, comerciais, industriais, de serviços, e para os profissionais liberais.

Esse não é um projeto de partido, não é projeto de um Governo só, é um projeto de Estado, de Nação. Ele envolve o pacto federativo e o pacto social. Quando nós criamos o IBS, estabelecemos o pacto federativo: este imposto é dos Estados e dos Municípios, a gestão é deles, o dinheiro não vem para Brasília, como equivocadamente, por falta de preparo ou por má-fé, alguns



disseram aqui. O dinheiro fica. Todo dia vai entrar dinheiro do imposto nos cofres dos Municípios, dos Estados e da União. O que eu estou dizendo é que votamos para o bem do País. Essa reforma se encerra aqui e vai para o Senado, como a outra. Se o Senado mexer em alguma coisa, ela volta para a Câmara e nós fazemos aqui a votação final.

Sr. Presidente, quais são as bandeiras do segundo semestre? Para mim, a grande bandeira do segundo semestre é o semipresidencialismo, é coletar assinaturas para uma PEC minha e dos Deputados Bonifácio de Andrada e Lafayette de Andrada, para que nós possamos começar a discutir no Brasil o fim do presidencialismo monárquico. Chega de presidentes monarquistas e de monarquistas presidentes. Nós queremos um Presidente da República que coabite com o Parlamento e faça uma gestão compartilhada. O Presidente é Chefe de Estado e o Parlamento, Chefe de Governo. Quando há crise, troca-se o Governo rapidamente. Qual é a vantagem desse modelo? A rapidez em trocar os Governos que vão mal — se há corrupção, se há incompetência comprovada, se há crise econômica —, sem que a Nação sofra.

O que nós estamos fazendo é agenda positiva, não é, Deputado Mosquini? Chega de agenda negativa. Chega de crise entre Poderes.

Viva o Brasil! Que Deus abençoe a nossa Pátria amada!

Documento 19/21

150.2024	Sessão Ordinária - CD	14/08/2024-17:36
Publ.: DCD - 15/08/2024 -	Odaír Cunha-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o compromisso do Governo Lula com a superação da fome e da pobreza, citando a proposta do Presidente Lula de uma Aliança Global contra a Fome no G-20. Ressaltou a redução de 85% da insegurança alimentar severa no Brasil, resultado de políticas como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e o Programa de Aquisição de Alimentos. Defendeu o Programa Acredita no Primeiro Passo, que garante acesso ao crédito a pessoas físicas, a microempresas e pequenas empresas, com o crescimento econômico sustentável. Por fim, enfatizou a necessidade de continuar fortalecendo a Rede de Proteção Social e defendeu a reforma tributária em debate no Senado, que visa diminuir a tributação sobre o consumo e melhorar a renda dos mais pobres.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dizem que as palavras



comovem, mas os exemplos arrastam. E aqui estamos a tratar de um importante exemplo de superação de política pública que o Governo do Presidente Lula dá ao mundo.

O Presidente Lula, como Presidente do G-20, propôs a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza no mundo. É importante dizer que o relatório da FAO apresentado agora aponta redução de 85% da situação de insegurança alimentar severa em nosso País. Esse é um exemplo a ser seguido pelo mundo. Praticamente 15 milhões de brasileiros e brasileiras deixaram essa situação. Betinho dizia que quem tem fome tem pressa. Por isso, todas as ações do Governo do Presidente Lula neste seu terceiro mandato apontam para a perspectiva de superação da fome e da miséria. Ainda temos, segundo esse relatório, 2,5 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de insegurança alimentar severa. Nós precisamos continuar com essa política, com o conjunto de iniciativas do Brasil Sem Fome, que apontam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, para a perspectiva da superação da fome e da miséria em nosso País.

O Presidente Lula tem autoridade política e moral para chamar a atenção das nações do mundo para este drama social grave. Nós estamos fazendo o dever de casa na política de valorização do salário mínimo, no BPC, no novo Bolsa Família, que alcança melhor as crianças deste País, na valorização da Política Nacional de Alimentação Escolar, que não tinha reajuste — mais de 40 milhões de estudantes são beneficiados por este programa. Retomamos com força o Programa de Aquisição de Alimentos, que incentiva a agricultura familiar. Sobretudo, Sr. Presidente, nós estamos gerando mais postos de trabalho, mais oportunidades de emprego e de renda para mais brasileiros.

Trata-se de uma luta permanente. Nós precisamos continuar fortalecendo a Rede de Proteção Social. E estamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a discutir nesta Casa uma reforma tributária. Votamos a primeira etapa na Câmara. Agora, está no Senado Federal essa matéria, que diminui a tributação sobre produtos e, portanto, sobre o consumo, melhorando a renda daqueles e daquelas que ganham menos. Nós estamos debatendo aqui — e queremos ver aprovado, se possível, Sr. Presidente, ainda nesta noite — o Programa Acredita no Primeiro Passo, que garante acesso ao crédito a pessoas físicas, a microempresas e pequenas empresas, assegurando, mais uma vez, um crescimento econômico sustentável.

A luta pela superação da fome e da miséria, apesar dos bons números — repito, houve uma redução de 85% no número de pessoas que estão em situação de insegurança alimentar severa —, é uma luta permanente e não pode ser abandonada, sob pena de nós colocarmos mais brasileiros numa situação de miséria. O Presidente Lula, ainda no seu discurso de posse, lá no seu primeiro mandato, disse: *"Terei cumprido a missão da minha vida se, ao final do meu Governo, todo brasileiro ou brasileira tiver oportunidade de fazer, ao menos, três refeições diárias"*. É disso que nós estamos falando, é de um conjunto de políticas públicas para cuidar de todos e de todas e garantir oportunidade, renda



e dignidade às pessoas.

E eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que nenhum de nós se furtará a votar as políticas e propostas importantes que o Presidente Lula enviará a esta Casa Legislativa com o objetivo de superar a fome e a miséria. O Brasil tem feito, sim, o seu papel e tem sido sim exemplo para o mundo. Por isso, ele tem autoridade para propor uma aliança global pela superação da fome e da miséria no mundo todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 20/21

158.2024	Sessão Ordinária - CD	26/08/2024-20:00
Publ.: DCD - 27/08/2024 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado enalteceu o trabalho contínuo do Governo Lula na reconstrução do Brasil, ressaltando os avanços econômicos, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 2,5% e a redução das taxas de juros. Ademais, elogiou a melhoria da renda per capita e do ganho real nas negociações salariais, bem como a redução da taxa de desemprego para 6,9%. Além disso, destacou a importância de investimentos em infraestrutura e educação, salientando o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 3 e o pacto pela alfabetização. Adicionalmente, defendeu a reforma tributária como essencial para aumentar a competitividade do País. Por fim, celebrou o Programa Gás para Empregar, enfatizando seu impacto na redução do preço do gás para todos os setores econômicos e na soberania alimentar, permitindo ainda o desenvolvimento do Triângulo Mineiro como polo de produção de nitrogenado, fosfato e fertilizante.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Charles Fernandes.

Quero cumprimentar os colegas Parlamentares.

Quero dizer que o Governo do Presidente Lula continua trabalhando muito pela reconstrução do Brasil e tem superado todas as previsões no âmbito econômico. Tivemos a perspectiva, nas últimas semanas, de que o nosso crescimento do PIB vai ultrapassar 2,5%. Temos resultados extraordinários do ponto de vista da meta da inflação. O Brasil tem conseguido redução nas taxas de juros. O País proporcionou ao povo brasileiro, nesse último 1 ano e 6 meses, um aumento da sua renda *per capita*. É bom dizer que o ganho da massa



salarial de toda a sociedade brasileira, no ano passado, foi superior a 10%. Neste ano, também continua uma inversão da curva: há uma queda na taxa de inflação, com aumento, cada vez melhor, bem acima da inflação, do ganho real nas negociações salariais.

Tudo isso são indicadores extraordinários para a economia brasileira, indicadores que apontam que, de fato, o Brasil caminha de forma consistente para a política do pleno emprego. Atingimos a melhor meta dos últimos 10 anos com a taxa de desemprego de 6,9% e estamos caminhando para alcançar níveis de desemprego reconhecidos por quaisquer organizações internacionais como uma taxa de pleno emprego ao povo brasileiro. Isso ocorre sem a precarização dos direitos trabalhistas. As invenções do passado, tanto no Governo Michel Temer, quanto no próprio Governo Bolsonaro, não atingiram a empregabilidade. A tentativa de trabalho intermitente e outras iniciativas não produziram sequer postos de trabalho e ainda precarizaram a renda *per capita* do povo brasileiro.

Este é o grande desafio da economia brasileira: crescer, ter crescimento econômico, gerando oportunidade, gerando emprego para as famílias do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, também gerando aumento de renda *per capita*. Esse é um desafio importante.

Nós precisamos superar essa armadilha econômica dos últimos 10 anos, em que a nossa renda *per capita* ficou menor que a renda *per capita* da China ou da Índia, o que impede que o Brasil tenha crescimentos econômicos mais consistentes.

E se somam a isso também ações estruturantes por parte do Governo, uma combinação de ações. São ações do ponto de vista da infraestrutura, como, por exemplo, o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, em sua fase 3, com um conjunto de obras mais estruturadas que vai eliminar parte do Custo Brasil, que é o custo da falta de infraestrutura rodoviária, portuária, energética e de telecomunicações. E a outra parte do Custo Brasil está no campo educacional.

O Governo estabeleceu com todos os Governadores e Prefeitos o pacto pela alfabetização na idade certa; retomou um programa extraordinário para cuidar da primeira infância, que é o programa de construção de novas creches. É fundamental a proteção integral à primeira infância. A revolução no País, o projeto de Nação, a revolução educacional é a proteção integral de nossas crianças de 0 a 3 anos, com segurança alimentar, segurança nutricional, direito ao aprendizado, direito à socialização e à integração dessas crianças.

O Brasil não pode deixar as crianças abandonadas, deixar as crianças na extrema pobreza. Nós temos que reverter esse indicador terrível que aponta que mais de 40% das crianças têm insegurança alimentar. Isso é prejudicial à formação delas.

Um país decente, um país rico que caminha para a oitava economia do mundo



tem que ter esse compromisso, esse pacto. Ao não proteger a primeira infância na sua totalidade, na sua integridade, em todas as políticas, nós estamos comprometendo o futuro desta Nação que, diga-se de passagem, será uma Nação com uma idade envelhecida. O Brasil caminha para ter a maior população idosa do mundo.

Portanto, ao envelhecermos, temos que ter um conjunto de políticas de modernização do País, de modernização da economia, de rompimento dos gargalos, do Custo País e, acima de tudo, investimentos nas gerações da juventude, dos adolescentes, investimento radicalizado na primeira infância.

Por último, evidentemente, como parte dessa política estruturante de modernização do Brasil, nós precisamos mexer no custo tributário. Então, é evidente que esta Casa, os colegas Parlamentares, vai analisar a conclusão do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária. Isso é fundamental. Trata-se do comitê gestor do novo imposto do Brasil sobre consumo, o IVA. Na minha opinião, essa é a maior reforma estruturante da economia brasileira. Ela elimina mais de 80% do Custo Brasil e vai tornar o País cada vez mais competitivo, com ganho de eficiência produtiva; vai gerar riqueza; vai dar um ganho para além do potencial do PIB de 2% ao ano de crescimento econômico, ou seja, o Brasil vai ficar mais rico, produzir mais riqueza, aumentar 20% do PIB em 10 anos, gerar 12 milhões de empregos e colocar mais 6 reais mil de renda *per capita* no bolso do povo brasileiro. Esse é o resultado, na minha opinião, da reforma tributária.

Por último, é evidente que o programa lançado hoje, o decreto do Gás para Empregar... O Brasil tem gás, joga fora mais de 50% do seu gás nas operações do pré-sal. Ao modernizar, compartilhar, construir, desburocratizar uma política que permita ao gás chegar mais barato a todos os setores econômicos, há uma revolução de ganho de produtividade.

Portanto, quero parabenizar o Presidente Lula por viabilizar esse programa, que vai facilitar a produção e a diminuição de custos do Brasil. E eu fico ainda mais feliz, especialmente porque esse programa vai viabilizar a disponibilidade de nitrogenado, fosfato e potássio. Para ser desenvolvida, uma nação tem que ter soberania na segurança alimentar. Um país que é agro não pode ter dependência das suas matérias-primas. E esse projeto vai viabilizar o sonho do Triângulo Mineiro, de Uberaba, de transformar a região em um polo de produção de nitrogenado, fosfato e fertilizante.

Então, é isso.

Parabéns, Presidente Lula, por ter lançado esse decreto de modernização para incentivar a política de gás, para que haja gás a um preço acessível a toda a sociedade brasileira!



161.2024 Sessão Ordinária - CD 27/08/2024-14:52
Publ.: DCD - 28/08/2024 Coronel Assis-UNIÃO -MT
-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o impacto da reforma tributária, apontando que o novo imposto sobre consumo, estimado em 27,97%, penalizará a população, especialmente os menos favorecidos. Destacou que a reforma, com suas inúmeras exceções, beneficia setores específicos, mas sobrecarrega o cidadão comum. Além disso, expressou preocupação com a política ambiental do Governo Lula, citando recortes de desmatamento e incêndios no Pantanal e Cerrado, além de cortes nos recursos do IBAMA. O Parlamentar afirmou que o Governo está mais focado em aumentar a arrecadação do que em reduzir o tamanho da máquina pública, alertando para um futuro econômico preocupante.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente, parece que nós estamos vivendo o Governo da taxaço.

A reforma tributária, que passou aqui e passou lá — nós estamos na fase de regulamentação —, não diminui impostos. Desde o início, nós alertávamos isso aqui. Hoje, a verdade veio à tona. Matérias de vários periódicos de âmbito nacional dão conta de que o Governo confirma imposto sobre consumo de 27,97% com a reforma tributária. Esse percentual vai ser cobrado sobre o consumo de todos os itens que não entrarem nas regras especiais que foram aprovadas na reforma. A Fazenda calcula uma alíquota do IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, em 28%, o maior imposto do mundo, Sr. Presidente.

Essa reforma deveria ter sido chamada de "reforma tributária das exceções", porque deram muitos benefícios a setores. Houve muitas exceções. Na verdade, quem vai pagar esse pato e essa conta é o povo brasileiro, é o menos favorecido, é a pessoa que vive de salário, porque esse, meu amigo, não tem como fugir dessa gana arrecadatória que a atual gestão do Governo Federal possui.

Aqui, Sr. Presidente, eu quero também fazer um protesto à atual política ambiental do Governo.

O Presidente Lula enchia a boca para criar uma narrativa construída de que a proteção do meio ambiente teria voltado ao nosso País. Nós fizemos algumas anotações a respeito de publicações feitas em todos os periódicos nacionais.

"Fogo no Pantanal bate recorde enquanto equipe econômica do Governo corta 19% dos recursos do IBAMA." Outra manchete: *"Governo Lula*



coleciona derrotas e incoerências ambientais".

Onde está o Ministério do Meio Ambiente? Cadê os técnicos? Cadê a Ministra? Ninguém sabe! Ninguém viu! Parece que isso não é uma pauta que está acontecendo no nosso País.

"Governo Lula registra recorde de desmatamento no Cerrado e tem segundo pior índice na Amazônia." "O Pantanal teve em junho o maior número de focos de incêndios da série histórica iniciada em 1998."

Aqui fica a nossa pergunta: onde está a política de proteção do meio ambiente?

Sr. Presidente, ontem nós vimos nos jornais que até facções criminosas estão sendo acusadas de tacar fogo em vegetações, em plantações. Isso é muito ruim. Por quê? Porque mostra um total descontrole do Estado brasileiro.

Onde está o Governo Federal? Está preocupado em arrecadar, está preocupado em trazer dinheiro para manter a "mamato-lândia", mas não enxuga a máquina, não diminui o tamanho do Estado. Existe uma relação entre o que você ganha e o que você gasta. A partir do momento em que você gasta mais do que arrecada, meu amigo, vai viver no déficit.

Não se iludam! O Brasil está indo ladeira abaixo na parte econômica. Em 7 anos, meus amigos, nós teremos um quadro muito preocupante em nosso País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do nosso pronunciamento pelos meios oficiais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.
